

## **SUBSÍDIOS PARA ESTUDO DA ESCOLA PAULISTA (1930-1935): MÓDULO II: ADMINISTRAÇÃO SUD MENNUCCI (1931-32)**

Ana Paula Moura Madeira, Carlos Monarcha – Educação – Pedagogia – Departamento de Ciências da Educação – Faculdade de Ciências e Letras – Campus de Araraquara

Este texto apresenta os resultados do Plano de Atividades vinculado ao Projeto Integrado de Pesquisa “Revistas de Educação e Ensino. São Paulo: 1892-1944”, apoio CNPq-Fapesp, desenvolvido no âmbito do Grupo de Pesquisa “História da educação no Brasil” ambos coordenados pelo Prof. Dr. Carlos Monarcha.

Minhas atividades de iniciação científica consistiram na participação do subprojeto “Subsídios para estudo da Escola Paulista (1930-1935)” que tem objetivo contribuir para o desenvolvimento de pesquisas e estudos de aspectos ainda pouco explorados da educação pública no estado de São Paulo no período de 1930 a 1935. Assim ficou sob minha responsabilidade a execução dos trabalhos relativos ao “Módulo II: Administração Sud Mennucci (1931-32)”, que, por sua vez, objetiva localizar e recuperar dados para o estudo da referida administração.

Assim, foram adotados os seguintes procedimentos metodológicos: localização, seleção, análise preliminar de fontes documentais seguidos de elaboração de resumos descritivos visando a identificar as ações significativas nos âmbitos da administração do sistema escolar, das questões didático-pedagógicas, das diferentes modalidades de ensino (ensino primário, normal, secundário e profissional), formação de professores, carreira do magistério público primário e difusão de ideais educacionais.

Para tanto utilizamos as seguintes fontes documentais: “Relatórios dos srs. Diretores do Ensino anteriores ao atual (1930-1935) documento em anexo ao *Anuário de Ensino* (1935-1936)”, publicação oficial organizada pelo professor Antonio de Almeida Junior, Diretor do Ensino da Secretaria da Educação e da Saúde do Estado de São Paulo; e a revista *Educação*, órgão da Diretoria Geral do Ensino, volumes 4-6, único volume publicado durante a gestão de Sud Mennucci.

A administração de Mennucci ocorreu no período de 24 de novembro de 1931 a 24 de maio de 1932 no governo do interventor coronel Manoel Rabello. Durante esse curto período de tempo o Diretor de Ensino concretizou as seguintes ações significativas:

No âmbito da administração do sistema escolar empreendeu a reorganização do Serviço Técnico de Inspeção, Fiscalização e Orientação Escolar e aumentou o número de assistentes técnicos, delegados de ensino e inspetores distritais; criou o Serviço de Antropometria Pedagógica; reorganizou o Serviço de Psicologia Aplicada; criou a Delegacia Geral do Ensino Privado, iniciativa que culminou com o fechamento de várias escolas estrangeiras e nacionais seguida da exigência de que apenas os professores brasileiros natos regessem as classes de jardins de infância e escolas maternais; elevou o número de grupos escolares de trezentos para quinhentos mediante transformação das escolas reunidas em grupos escolares; extinguiu as classes provisórias existentes na Capital e promoveu a mudança de aproximadamente oitocentos professores do Interior para a capital do Estado.

No âmbito das questões didáticas e pedagógicas empreendeu a tentativa de reorganização do ensino rural; reorganizou o ano letivo em três períodos de três meses de aulas com três semanas de férias entre os dois primeiros períodos e de seis semanas no último período visando o aumento do rendimento escolar; fixou em mínimo de trinta e seis o número de alunos para formação de classes de grupos escolares;

No âmbito da carreira do magistério público primário propôs a criação de uma Caderneta de Identidade do Professor e de um Almanaque do Magistério; fixou uma tabela de vencimentos para os professores primários.

No âmbito da difusão de ideais educacionais Sud Mennucci demonstrou-se defensor do ensino rural, assim, propôs a criação de escolas normais rurais organizadas sob tríplice ponto de vista: o pedagógico, o higiênico ou sanitário e o agrícola. Para o administrador o objetivo das escolas rurais era o de formar professores preocupados com a eficiência do campo: os ensinamentos deveriam se dar pelo trabalho unindo o ensino primário ao ensino profissional. Já as escolas normais rurais funcionariam em

regime integral com trabalho de campo, seções de zootecnia, laboratórios agrícolas e higiene ligada aos dispensários médicos ou outras instituições semelhantes.

No âmbito da legislação específica: durante a administração do professor Sud Mennucci foram baixados decretos nos quais estabeleciam planos referentes à reorganização da Instrução Pública (decreto n. 5.335); remuneração para o magistério primário (decreto n. 5.432); regulamentação da Delegacia Geral de Ensino Privado (decreto n. 5.475); sobre duração das aulas, regime de férias e comemoração do “Dia do Brasil” (decreto n. 5.476) ;e, por fim, a fixação da remuneração do substituto de professor primário (decreto n. 5.473).

Embora a administração de Sud Mennucci tenha sido de curta duração, o administrador além de promover mudanças significativas no sistema escolar introduziu o ideário ruralista no ambiente educacional paulista da época.

### **Referência**

DOURADO, Fernanda Oscar; MONARCHA, Carlos (Coord.) Levantamento da revista *Educação*: 1931-1932. Marília, Faculdade de Filosofia e Ciências, Universidade Estadual Paulista, 2003.

### **Fontes Documentais**

(São Paulo) Estado. Secretária da Educação do Estado de São Paulo. *Anuário do Ensino do Estado de São Paulo*: 1935-1936. Organizado pelo Prof. Almeida Júnior, Diretor do Ensino, e abrangendo o ensino primário e pré-primário estadual, municipal e particular, o ensino secundário estadual, e o ensino normal, estadual e livre. São Paulo: Secretaria da Educação e da Saúde Pública. Diretoria do Ensino. 1936.

MENNUCCI, SUD. A reforma do ensino rural em São Paulo. *Educação*, São Paulo, v.4, n.1-2, 1931.

SÃO PAULO (Estado). Decreto n. 5.335 de 7 de janeiro de 1932. Reorganiza a Instrução Pública e dá outras providências. *Educação*, São Paulo, v.4, n.1-2, 1931.

SÃO PAULO (Estado). Tabela de vencimentos. *Educação*, São Paulo, v.4, n.1-2, 1931.

SÃO PAULO (Estado) Decreto n. 5.432 de 5 de março de 1932. Estabelece nova forma de remuneração para o magistério público primário do Estado. *Educação*, São Paulo, v.5, n.3-4-5, 1931.

A REFORMA do ensino: o reajustamento. *Educação*, São Paulo, v.5, n.3-4-5, 1931.

SÃO PAULO (Estado). Decreto n. 5.475, de abril de 1932. Regulamenta a Delegacia Geral de Ensino Privado. *Educação*, São Paulo, v.6, n.1-2-3, 1932.

SÃO PAULO (Estado). Decreto n. 5.473, de 14 de abril de 1932. Fixa a remuneração do substituto de professor do ensino primário. *Educação*, São Paulo, v.6, n.1-2-3, 1932.

**Bolsa:** CNPq/ PIBIC